

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 15 DE SETEMBRO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Thomazoni
2.º Secretário — Quielse Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

- TITULARES**
Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

- Secretário — Rita Celestino Soares
Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

- Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel; Sebastião Rodrigues (MDB).

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.
Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

- Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

- Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

- Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotó Maíor.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

2.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura Ata da 139.^a Sessão (Extraordinária)

Realizada em 15 de Setembro de 1972 - (6.^a-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Borsari Neto.

As 9,30 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Emílio Carazzai, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacali, João Mansur, Maurício Fruet e Paulo Poli (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão Única — da Proposição n. 63-72, Veto aposto ao Projeto da Lei n. 85-71, de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Normal, na sede do Município de Adrianópolis, para funcionar no presente ano letivo. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para terça-feira, dia 26, às 14,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão Única — da Proposição n. 64-72.
Levanta-se a Sessão.

2.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura Ata da 140.^a Sessão Ordinária

Realizada em 15 de Setembro de 1972 - (6.^a-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Borsari Neto.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Emílio Carazzai, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacali, João Mansur, Maurício Fruet e Paulo Poli (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **S E S S Ã O**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, requer, ouvido o Plenário, consigne-se na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Carlos Goulart, ocorrido na cidade de Ibatí.

O extinto era pessoa grandemente relacionada na sociedade local, e neto do Senhor Sebastião Goulart de Oliveira, Vice-Prefeito de Ibatí, tendo o seu passamento repercutido intensamente.

Requer, finalmente, que, uma vez aprovado o presente requerimento, dele seja dado conhecimento aos familiares do extinto, na pessoa do seu avô Sebastião Goulart de Oliveira, Vice-Prefeito do Município de Ibatí.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1972.

a) Gabriel Manoel

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n. 162-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.^o — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual no Distrito de Boa Esperança do Iguaçu, Município de Dois Vizinhos para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.^o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1972.

a) Sebastião Rodrigues

JUSTIFICATIVA:

Boa Esperança do Iguaçu é um próspero Distrito de Dois Vizinhos, cuja população vem apresentando um índice de crescimento demográfico e econômico dos mais elogiáveis, fato que lhe dá hoje posição de realce na comuna e na própria região Sudoeste do Estado. A sua população escolar, bastante numerosa, vem encontrando sérias dificuldades para realizar os estudos de 2.^o grau, pela ausência de um estabelecimento de ensino dessa espécie. Daí a razão porque, grande parte dela, tem que se deslocar 45 quilômetros para encontrar, em Dois Vizinhos, aqueles estudos. Este fato constitui, como é óbvio, uma falha lamentável que o Poder Público tem a obrigação de corrigir. É esta a razão pela qual apresentamos o presente Projeto de Lei, autorizando a criação de um Ginásio naquela localidade.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, no Pequeno Expediente. (Pausa). Não estando presente o Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior e não havendo oradores inscritos para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulsos distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final — do Projeto de Resolução n. 25-72, ex-Proposição n. 147-72, aprova os termos do Convênio celebrado entre a Secretaria da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul, objetivando instalação de um Posto Rural de Revenda de Produtos Agropecuários à agricultores e criadores do município. **Aprovado.**

Redação Final — do Projeto de Lei n. 47-72, denomina Ginásio Estadual "Professor Pedro Fecchio", o atual Ginásio Estadual de São Tomé. **Aprovado.**

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 219-71, de autoria do Dep. Antônio Franco Ferreira da Costa, que autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública, a Sociedade Londrinense de Educação e Assistência Social (SOLEAS). Parecer favorável da C.C.J.. **COM SUBSTITUTIVO. Aprovado.**

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 238-71, de autoria do Dep. Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública, a Associação Profissional dos Lustradores de Calçados, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. **Aprovado.**

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 27-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 6-72, encaminhando anteprojeto de Lei, que visa fazer reverter ao Patrimônio de Paranaguá, área de terras que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.I.C. **Aprovado.**

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 55-72, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomel, autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública, a Associação Paranaense de Ensino, desta Capital. Parecer favorável da C.C.J. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 76-72, de autoria do Dep. Alvaro Dias, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal correspondente a um terço (1/3) da parte fixa dos respectivos subsídios, às viúvas dos suplentes de deputado estadual como especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **Em regime de urgência. Aprovado.**

2a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 154-70, de autoria do Dep. Ivo Tomazoni, fica criada uma Circunscrição de Trânsito em Francisco Beltrão, com jurisdição nos Municípios que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. **Aprovado artigo por artigo.**

2a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 15-71, de autoria do Dep. Gilberto de Carvalho, que transfere ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, o trecho compreendido entre a ponte do Rio Bom e Porto Ubá, da estrada de Jandaia do Sul e Ivaiporã, passando pelos Municípios que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. **Aprovado artigo por artigo.**

2a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 187-71, de autoria do Dep. Quielise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a construir uma ponte sobre o Rio Barro Preto, ligando os Municípios de Astorga, Munhoz de Melo e Santa Fé. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado artigo por artigo.**

2a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 270-71, de autoria do Dep. Wilson Fortes, fica denominado "Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco", o atual Ginásio Estadual de Guairacá. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — **Aprovado artigo por artigo.**

2a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 1-72, de autoria do Dep. João Mansur, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Mestres, do Grupo Escolar Professor Brandão desta Capital. Parecer favorável da C.C.J. **Aprovado artigo por artigo.**

2a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 36-72, de autoria do Dep. Domicio Scaramella, que declara de Utilidade Pública, o Regional Hospital de Caridade Nossa Senhora Aparecida, da cidade de União da Vitória. Parecer favorável da C.C.J. **Aprovado artigo por artigo.**

2a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 116-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 30-72, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva doar à União, um imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado a Avenida 7 de Setembro, nesta Capital e com as confrontações que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **Em regime de urgência. Aprovado artigo por artigo.**

1a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 208-71, de autoria do Dep. Ivo Tomazoni, transfere à responsabilidade do D.E.R., a estrada que liga

Nova Prata, no Município de Salto do Lontra, a Porto Pereira no Município de Capitão Leônidas Marques, passando por Nova Genebra e Linha Guarani. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 208-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica transferido à responsabilidade do D.E.R. a estrada que liga o Distrito de Nova Prata, no Município de Salto do Lontra ao Porto Pereira, no Município de Capitão Leônidas Marques, passando por Nova Genebra e Linha Guarani.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29-9-71.

(a) Deputado Ivo Thomazoni

JUSTIFICATIVA:

A conservação de uma estrada inter-municipal se faz sempre necessária, a fim de manter sem dificuldades o trânsito existente, social e econômico. Além disso, a união inter-municipal, no caso em tela, se faz através de vários Distritos, centros econômicos importantes que dependem da mencionada estrada.

Dai porque a manutenção e conservação da estrada, a cargo do D. E. R. satisfaz plenamente as exigências locais, pela facilitação do escoamento de matérias dos municípios mencionados, bem como sua mais constante inter-comunicação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 208-71

AUTOR: — Deputado Ivo Thomazoni

SÚMULA: — Transfere para o DER a responsabilidade da estrada que liga Nova Prata a Porto Pereira.

PARECER

1.) A Proposição vem justificada e assenta, principalmente, na necessidade de conservação de uma estrada inter-municipal que liga centros econômicos de real importância.

2.) Não vemos óbice legal ou constitucional ao pleiteado, pelo que opinamos pela aprovação do projeto.

E o parecer, S.M.J.,

Sala das Comissões, em 17-11-1971

(aa) Emílio Carazzai — Presidente

Muggiati Filho — Relator

Armando Queiroz

Odilon Reinhardt

Gilberto Carvalho

Cândido M. de Oliveira

Borsari Netto

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N. 208-71

AUTOR: Deputado Ivo Thomazoni

SÚMULA: Transfere ao D.E.R., a estrada que liga Nova Prata, no Município de Salto do Lontra, a Porto Pereira no Município de Capitão Leônidas Marques, passando por Nova Genebra e Linha Guarani.

PARECER

Somos pela aprovação do presente projeto que não traz implicações de ordem financeira, tendo em vista tratar-se de mera autorização.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1971

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Santos Lima — Relator

Fuad Nacli — Arthur de Souza — Ovídio Franzoni

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N. 208-71

PARECER

De iniciativa do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, o Projeto de Lei em exame, transfere à responsabilidade do D.E.R. a estrada que liga o Distrito de Nova Prata — Município de Salto do Lontra ao Distrito de Porto Pereira — Município de Capitão Leônidas Marques.

A Justificativa do autor do plano de lei nos convence da necessidade do pedido, razão pela qual nosso parecer é pela aprovação.

E o parecer:

Sala das Comissões, em 15 de junho de 1972

aa) Borsari Netto — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Xenofonte Villanueva — Lázaro Dumont — Hélio Manfrinato

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 251-71, de autoria do Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva, autoriza o Poder Executivo a construir através da S.V.O.P., um prédio para funcionamento do Ginásio de Adrianópolis e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 251-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo, a construir, através da Secretaria de Obras Públicas, edifício para o funcionamento do Ginásio de Adrianópolis, na sede do Município do mesmo nome.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta da Verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1971.

a) Quiélse Crisóstomo da Silva

JUSTIFICATIVA:

Para o funcionamento normal e adequado necessita o Ginásio de Adrianópolis de Prédio em boas condições. Servirá também, para funcionamento da Escola Normal que, juntamente com o Ginásio somarão cerca de 300 alunos para o próximo ano os quais até então dispõem somente do Prédio do Grupo Escolar. Dai a apresentação do Presente Plano de Lei, que esperamos ver aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 251-71

AUTOR: Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a construir um edifício para o funcionamento do Ginásio de Adrianópolis, na forma e como especifica.

PARECER

1) — O Projeto em tela vem articulado e justificado, atendendo, desta forma, o que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2) — Referida iniciativa nada mais é do que simples autorização legislativa, e, por outro lado, não apresenta qualquer restrição de ordem constitucional ou legal.

Quanto a sua oportunidade, nada temos a contestar.

Em face do exposto, somos pela aprovação da medida proposta.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Sebastião Rodrigues Júnior — Relator

Gilberto Carvalho — Muggiati Filho — Arthur de Souza — Igo Losso

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER Ao Projeto de Lei n. 251-71

A matéria já devidamente justificada, não apresenta nenhum impedimento de ordem financeira. Trata-se de mera autorização legislativa, razão pela qual somos pela sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em... de maio de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

David Federmann — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER Ao Projeto de Lei n. 251-71

I — O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Quiélse Crisóstomo da Silva, visa autorizar a construção de um Edifício para o funcionamento do Ginásio de Adrianópolis.

II — Com referência ao Projeto, já opinaram as duntas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, com pareceres favoráveis.

III — Referida proposição é justa e oportuna, pois dotará o Município de mais um próprio público e atenderá a necessidade premente daquela comuna.

IV — Com as considerações expendidas, somos pela sua aprovação.

E o Parecer.

Sala das Comissões, em...

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Cândido M. de Oliveira — Relator

Arizone Araújo

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 87-72, de autoria do Dep. João Fadel, concede Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Exmo. Sr. Dr. Alfredo Buzaid, DD. Ministro de Estado dos Negócios da Justiça da República Federativa do Brasil (anexo Projeto de Lei n. 90-72, de autoria do Deputado Francisco Escorsin, que trata de idêntica matéria). Parecer favorável da C.C.J. Em Regime de Urgência. Em Discussão.

PROJETO DE LEI N. 87-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Exmo. Sr. Dr. Professor Alfredo Buzaid, DD. Ministro de Estado dos Negócios da Justiça da República Federativa do Brasil.

§ Único — A outorga do Diploma alusivo ao Título concedido deverá ser efetuada em Sessão Solene desta Assembléia Legislativa.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1972.

aa) João Fadel — Fuad Nacli — Odilon Reinhardt — Emílio Carazzai —

Gilberto Carvalho — João Mansur — Antonio Lopes Júnior — Ovídio

Franzoni — Wilson Fortes — Jorge Sato e Quiélse Crisóstomo da Silva

JUSTIFICATIVA:

Sempre defendemos que o mais elevado objetivo da Revolução Democrática de 31 de março de 1964 seria a concretização da reforma moral da política e da administração pública no País. A nosso entender, a reforma imediata e mais importante em termos de urgência porque ela dizia respeito à própria continuidade de nosso sistema de Governo — a democracia representativa, que entre nós vinha perdendo substância através da corrupção manifesta pela presença do dinheiro público ou particular, decidindo ou inflando na decisão dos pleitos.

O Professor Alfredo Buzaid, de sua cátedra na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, nos anos tormentosos impostos à nacionalidade brasileira no início da década de 1960, sempre denunciou a maneira viciada com que se chegava aos resultados das eleições no Brasil e, à época, suas denúncias corajosas souberam à heresia aos donos do poder que não entendiam pudesse um homem de bem opor-se àqueles métodos eleitorais que deformavam a fisionomia ideológica dos partidos políticos e defraudava a vontade popular.

Mas, os que clamavam contra a corrupção e a falta de moralidade da política e da administração pública do Brasil estavam lutando o bom combate e, na crista do movimento revolucionário de 31 de março de 64 fizeram prevalecer seus ideais e passaram à grande tarefa de reconstrução constitucional de País, criando novos critérios de valores que dessem nova dignidade ao exercício dos cargos públicos — eletivos ou não, e fazendo retornar à lide política os homens de bem que dela se haviam afastado.

O Professor Alfredo Buzaid, constitucionalista emérito, mestre cultor do direito e guardião indormido do cumprimento da Lei, foi convocado pelo terceiro governo revolucionário para, como Ministro da Justiça e com a luminosidade de seu alto saber jurídico, dar ordenação àquelas fórmulas de erradicação de práticas corruptas e implantação de métodos moralizadores da atividade política do Brasil, em momento difícil para o meio político brasileiro.

Mas o Ministro do presente não desmentiu o Professor do passado. Com a mesma coragem cívica com que vituperava da cátedra os corruptos que dominavam o poder, investiu contra as formas esclerosadas dos dispositivos constitucionais e eleitorais que impediam o exercício da verdadeira democracia representativa.

Redigiu e viu sancionada a Lei Orgânica dos Partidos Políticos criando o Fundo Partidário e, mais presentemente regulamentando-o e, com isso, veio propiciar a regulação e controle das atividades financeiras dos partidos políticos, inclusive esclarecendo a origem e destinação dos fundos empregados. A Justiça Eleitoral teve elevadas as suas atribuições para a efetiva investigação da vida financeira dos partidos.

Atualmente, o Ministro da Justiça dedica-se à redação final do Código Penal, Código de Processo Penal, Código das Execuções Penais, Código Civil, Código Comercial e da Lei das Contravenções Penais, numa atividade exaustiva e que visa dar nova redação jurídica ao corpo social de nossa comunidade.

Apesar de toda atividade administrativa e intelectual o Ministro Alfredo Buzaid ainda encontra tempo para dedicar especial atenção aos interesses do Paraná, como ainda há pouco pudemos constatar quando da presença do Senhor Governador Parigot de Souza em Brasília. Naquela oportunidade, o Ministro Alfredo Buzaid manteve longos e diversos contatos com o Chefe do Executivo Paranaense, discutiu ponto por ponto o plano administrativo que lhe foi dado conhecer e deu andamento a várias reivindicações nossas junto a diversos setores governamentais. E note-se que o interesse do Ministro Alfredo Buzaid, pelo destino político-administrativo do Paraná vem de há muito tempo, já tendo ele, justamente em reconhecimento à essa dedicação, sido agraciado com o título de doutor "Honoris Causa" de nossa Universidade Federal. Por isso tudo e tendo-se ainda em conta que certas homenagens elevam muito mais quem as rende do que ao que as recebe e considerando que será alto título de honra para nosso Estado o poder contar com seu filho honrário o Exmo. Sr. Dr. Professor Alfredo Buzaid, DD. Ministro de Estado dos Negócios da Justiça da República Federativa do Brasil é que entendo oportuníssimo este projeto de lei e, espero, para o mesmo, o indispensável e honroso apoio dos nobres Deputados.

Sala das Sessões, em... de... de 1972.

a) João Fadel

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER Ao Projeto de Lei n. 87-72

Pela aprovação.

Propomos outrossim, sejam os Projetos 87-72 e 90-72 anexados, transformando-se em um único, de autoria dos dois Senhores Deputados proponentes.

Sala das Comissões, em 30 de agosto de 1971.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Cândido Martins de Oliveira — Relator

Muggiati Filho — Ovídio Franzoni — Santos Lima — Maurício Fruct — Erondy Silvério

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — (Para discutir). Sr. Presidente e Srs. Deputados. Pedimos nós para discutir o Projeto de Lei n. 87-72, de autoria do Sr. Deputado João Fadel, e que tem anexo, também, o projeto de Lei n. 90-72 de autoria do sr. deputado Francisco Escorsini, que concede cidadania honorária ao dr. Alfredo Buzaid, Ministro de Estado dos Negócios da Justiça.

Quero dizer inicialmente à Presidência e aos srs. Deputados que estou redigindo requerimento no sentido de que seja retirado, tal Projeto de Lei da Ordem do Dia, por duas sessões; em segundo lugar — que em o festival de concessões de títulos de cidadanias honorárias transformou-se a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Entendo que, talvez com exceções, não tem a Casa motivos para conceder cidadania-honorária a elementos da cúpula do Governo Federal, porque na realidade nenhum Governo maltratou tanto ao Estado do Paraná, como aquele que aí se encontra. Nosso Estado encontra-se totalmente marginalizado na Administração Federal. Lá não possui um representante em Ministérios, lá não possui nenhum representante dirigindo um dos mais importantes Departamentos da Federação. Na verdade, jamais, em qualquer Governo do passado houve desconhecimento total da existência de um Estado como o nosso, que representa, na pauta das exportações brasileiras, cerca de 30 a 33%. Os Governos passados sempre deram ao Paraná representatividade na Administração Federal, entretanto, o atual parece desconhecer totalmente a existência de nosso Estado.

Ainda mais, Senhores: O representante do Governo Federal a que se destina o título proposto, que é o Sr. Ministro Alfredo Buzaid — sem dúvida alguma reconhecemos em Sua Excelência a tradição de Catedrático, de Professor de Direito; entretanto muita gente inclusive parece hoje vê-lo relegando esse passado porque ele vive tentando compatibilizar estado de exceção com estado de direito criando uma doutrina talvez sui generis e que talvez Sua Excelência pretenda inovar o conceito de direito através dos tempos e criar algo novo para o futuro.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Estou de pleno acordo, em parte, com a argumentação de V. Exa. Realmente tem havido muita facilidade na concessão de títulos de "Cidadão Honorário do Paraná" por esta Assembléia. Parece que alguns dos nobres Deputado não se aparcemberam ainda do que representa para um cidadão a cidadania honorária de um Estado concedida através do Poder Legislativo. Há um ponto a ressaltar, nobre Deputado é que o homenageado raramente pede a homenagem. Elas sempre são assim, apresentadas subjetivamente em alguns casos, outros por amizade pessoal e outros no intuito de agradar a quem detem o mando no momento. Agora, seria deselegância muito grande esta Casa votar contrariamente a um projeto que viesse estender a cidadania honorária a uma personalidade. Portanto, votarei contra o requerimento de V. Exa., mesmo porque reconheço no atual Ministro da Justiça, sem nenhum intuito de bajulação porque nada devo a S. Exa., nem ele a mim, também não o conheço, ele nem sabe da minha existência

no Brasil, mas acho que é justa a homenagem pelo trabalho que o atual Ministro da Justiça vem fazendo na sua Pasta pelo desenvolvimento da Nação, mas o principal objetivo do meu aparte nobre Deputado, é que existe uma Lei nesta Casa, existe uma Resolução aprovada por unanimidade nesta Casa, impondo determinadas condições para que o candidato possa receber o galardão de Cidadão Honorário do Paraná e que, infelizmente, as Comissões Permanente não observam. A maioria destes cidadãos não preenchem as condições daquela Resolução Infelizmente, as Comissões Permanentes dão parecer favorável, sem observar o que dispõe a Lei que regula a matéria. Então, a culpa é nossa, não é de quem apresenta o Anteprojeto visando homenagear esta ou aquela personalidade. A culpa é dos membros das Comissões Permanentes que exaram pareceres favoráveis, quando a maioria dos homenageados não preenchem as condições determinadas por aquela Lei. É este o aparte que queria oferecer a V. Exa. e desde já quero me declarar favorável a V. Exa. quanto ao não preenchimento de condições determinadas pela lei, pelos candidatos, mas sou contra a retirada da Ordem do Dia, a não ser que V. Exa. apresente uma justificativa.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR. — Agradeço o aparte e esclareço a V. Exa. que a razão da retirada, por duas sessões, da Ordem do Dia se prende ao fato que a minha posição pessoal é contra a concessão do Título.

Votarei contra ela. Entretanto, a Bancada a qual represento, não se encontra na Casa. Naturalmente ficará à vontade para votar de acordo com o propósito de cada um. Esta retirada será na segunda discussão. Não estarei aqui, justamente irei viajar e quero que fique consignado, embora V. Exa. seja contrário, a minha posição de votar contrariamente à concessão do título ao Sr. Ministro Alfredo Buzaid.

O sr. Erondy Silvério — Estou de pleno acordo com V. Exa. que está exercitando o regime democrático. Cada um pensa como quer e expõe o seu pensamento livremente. V. Exa. tem toda razão em votar contrário; o Partido de V. Exa. tem razão para votar contra, mas acho uma deselegância e acho que o homenageado merece. É o meu pensamento, com o meu respeito pelo pensamento de V. Exa. Uma que o homenageado neste caso merece a homenagem desta Casa e do povo paranaense e outra que garanto que ele não pediu; a apresentação foi graciosa, não pediu. Então é uma deselegância para esta Casa, negar a uma personalidade, a um Ministro da Justiça, do Governo Brasileiro, uma homenagem que ele não solicitou, que se lhe foi oferecida graciosamente. Por esse fato sou contra o Requerimento de V. Exa.

O sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Ponderaria ao nobre Deputado Erondy Silvério, já que existe Projeto de Resolução aprovado por esta Casa, delineando as condições capazes de credenciar ou habilitar alguns a receber a Cidadania do Paraná. Seria mais racional acolher o Requerimento de V. Exa. para que se veja e se analise se o Projeto atende aos requisitos da resolução aprovada por esta Casa.

Quanto ao mérito ou demérito do homenageado em receber o título da cidadania honorária do Paraná, é um problema de foro íntimo, muito embora, se leia na justificativa que acompanha o Projeto, que "O Ministro Alfredo Buzaid manteve longos e diversos contatos com o Chefe do Executivo Paranaense, discutiu ponto por ponto o plano administrativo que lhe foi dado conhecer e deu andamento a várias reivindicações nossas, junto a diversos setores governamentais. E note-se que o interesse do Ministro Alfredo Buzaid, pelo destino político-administrativo do Paraná vem de há muito tempo, já tendo justamente em reconhecimento à essa dedicação, sido agraciado com o título de doutor "Honoris Causa" de nossa Universidade Federal".

Eu realmente, ou infelizmente, desconheço que o Ministro Alfredo Buzaid tenha alguma vez beneficiado ao Paraná. Não desacredito mas desconheço. E percebo também aqui na justificativa que o nobre Deputado que apresentou o Projeto alega que o "Ministro do presente, não desmentiu o professor do passado". Acho uma expressão meio dúbia essa. Segundo consta, o professor do passado teria se desviado um pouco do Regime Democrático, pelo menos como nós o entendemos. De maneira que, analisando o próprio argumento do Deputado Erondy Silvério, parece-me mais racional que se retirassem da Ordem do Dia, a fim de se verificar se o projeto se adequa à Resolução vigente nesta Casa e então analisar se satisfaz os requisitos constantes dessa Resolução.

Era a opinião que eu queria dar.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR. — Agradeço o aparte de V. Exa. e chamo a atenção da Casa, pois diante da argumentação do nobre Deputado Erondy Silvério, esta Casa ficaria impedida de negar qualquer título de cidadão honorário. Porque duvido mesmo, que qualquer das autoridades ou dos homenageados com a concessão do título, peça a algum Deputado que apresente aqui o Projeto para que lhe seja concedida a honraria.

Dessa forma, partindo desse conceito de elegância jamais a Assembléia poderia negar qualquer título de cidadania honorária. Aliás, este é um procedimento que vem sendo adotado no país, e que vem descaracterizando a homenagem.

Dias atrás, a imprensa publicava, tempos atrás aliás, a recusa do Coronel Otávio Costa, Chefe da AEP, em receber a Cidadania Honorária que lhe fora outorgada pela Assembléia da Guanabara, porque no mesmo dia, receberia o título, juntamente com S. Exa., um chefe de um terreiro de macumba no Estado da Guanabara. E o Coronel recusou-se a receber a homenagem porque não via nela, aquela honraria que os Deputados reconhecem e queriam atribuir a S. Exa.

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte (Assentimento). Gostaria de dizer de início, nobre Deputado Sebastião Rodrigues que V. Exa. na qualidade de líder e dos mais acatados de nossa Bancada, está credenciado, mesmo na ausência dos demais Deputados a falar, como de fato está falando, em nome de nossa Bancada.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR. — Muito obrigado.

O Sr. Muggiati Filho — E acredito mesmo, que o pensamento que V. Exa. está expondo, é o pensamento não político-partidário, mas o pensamento paranaense de nossa Bancada.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR. — Obrigado.

O sr. Muggiati Filho — E, com relação a este exemplo que V. Exa. frisou, se não há engano de minha parte, há nesta Casa concessão de títulos honorários a personalidades que não vieram recebê-los. E a propósito da afirmativa do ilustre Deputado Erondy Silvério, que ora preside esta Assembléia com muita dignidade e capacidade, é justo que se ressalte que S.

Exa. também firmou parecer na Comissão de Constituição e Justiça favorável, porque é uma questão de constitucionalidade e legalidade, é mais uma questão pró forma este parecer da Comissão de Constituição e Justiça. E dos mais oportunos o Requerimento de V. Exa. ao querer trazer o assunto a um reexame mais profundo e aproveitou também o subsídio do Deputado Erondy Silvério com relação à verificação desta Resolução da Casa, que estaria sendo, por assim dizer, relegada ao esquecimento. Acrescentaria ainda, sem desmerecer aos nossos eminentes Colegas autores do Projeto em que vemos perfeitamente delinado o bom sentido que ditou a medida, acrescentaria que incorreram, ao atribuir mérito ao Ministro Alfredo Buzaid quanto à criação do Fundo Partidário, num lapso, porque este Fundo Partidário não existe. Os Partidos, principalmente o da Oposição, ressentem-se deste Fundo Partidário, inclusive o Superior Tribunal Eleitoral já regulamentou esta matéria recentemente e até agora, na prática, o Fundo Partidário não existe. Portanto, não há por que se atribuir este mérito da sanção da Lei Orgânica dos Partidos políticos quanto ao Fundo Partidário a S. Exa. o Ministro Alfredo Buzaid. No terreno da legislação, como acentuou V. Exa. o Ministro Alfredo Buzaid tem sido um desmentido à grande afirmação dele como Professor Catedrático de Direito Processual da Universidade de São Paulo. Basta citar-se o Código Penal já por duas vezes protelado em sua entrada em vigência, por ter sido uma lei precipitada. Vimos aqui um eminente Professor da nossa Faculdade de Direito, tecer críticas ao futuro Código de Processo Civil, que em muitos pontos é capaz de piorar a processualística civil atual. De modo que, além de tudo isto, ainda os princípios que S. Exa. sempre pregou e que existem em seu livro, em sua obra de Direito Processual tem sido relegada a plano secundário notadamente quando S. Exa., como Ministro da Justiça, referendou um ato aberrante ao regime democrático, qual seja, o de exclusão da eleição de governadores de Estado por parte do povo brasileiro.

Era esse o aparte que queria oferecer a V. Exa. e, como bem disse o nobre Deputado Luiz Roberto Soares, não vejo em S. Exa. nenhum serviço prestado ao Paraná. E se S. Exa., como bem disse V. Exa. não pediu, nós também não sabemos se ele irá aceitar.

Por isso, estou inteiramente de acordo com V. Exa.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR. — Gostaria, nobre Deputado Muggiati Filho, agradecendo o aparte de V. Exa. acrescentar que muito mais de obrigação de elegância e cortesia tenho obrigação com minha própria consciência com minha consciência de homem que recebeu mandato popular, de homem que cre no voto do povo, e que vou votar contra a concessão desse título porque ele se destina a homenagear um homem que considero anti-povo. Um homem que se tem alguma folha de serviço prestado ao Paraná — a única coisa que conheço e assim mesmo por ouvir falar — é quando S. Exa. — antes de ser Ministro — era chefe de um excelente escritório de advocacia, em São Paulo, e representava, na Justiça, os interesses do Governo do Paraná. Esse era um relacionamento profissional. E, naturalmente, o escritório deveria ter sido remunerado pelos serviços prestados. Desconheço outra forma de serviço que S. Exa. tenha prestado ao Paraná.

Sei, com a consciência de advogado, com a consciência de estudante de Direito, que o procedimento de S. Exa., hoje, na prática, servindo ao Poder, é totalmente contrário àquelas suas palavras quando professor e orientador da juventude.

Sinto-me na obrigação de votar contra a concessão desse título e a Casa poderá concedê-lo — é um direito dela — mas irá concedê-lo com o meu voto contrário e que deverá ser consignado em Ata e nos Anais da Assembleia Voto contra a concessão do título de cidadania honorária ao Sr. Ministro Alfredo Buzaid, porque acima da elegância que deve nortear a atitude do parlamentar, deve também, segundo entendo, presidir a atitude do parlamentar, a sua consciência de homem do povo. E se sou deslegante com o Sr. Ministro Alfredo Buzaid é porque considero que S. Exa. foi deslegante com todo o povo brasileiro, com o conceito universal de liberdade e de respeito aos direitos individuais e também com o conceito de democracia.

Voto contra esse título de cidadania honorária. E durante a 2.ª discussão encaminharei Requerimento pedindo a retirada da referida proposição para posterior exame. Se entretanto aqui não estiver, por motivos outros, deixarei o Requerimento formulado e quero que conste, dos Anais da Casa que o título não foi concedido por unanimidade. E se S. Exa. aqui vier que saiba disso, que não houve unanimidade na concessão da cidadania que S. Exa. não pediu, mas que eu também não quis dar.

Era só, Sr. Presidente.

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 117-72, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 31-72, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva doar à União, o imóvel de propriedade do Estado, sito à Avenida 7 de Setembro nesta Capital, onde se acha edificado o prédio sede da Escola Técnica Federal do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

MENSAGEM 31-72

Curitiba, 10 de julho de 1972.

PROJETO DE LEI N. 117-72

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva doar à União, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, sito à Avenida 7 de Setembro, nesta Capital, onde se acha edificado o prédio sede da Escola Técnica Federal do Paraná e com as confrontações que especifica.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis é altamente significativo e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que visa regularizar, em definitivo a propriedade do imóvel por que mais de trinta anos vem sendo ocupado pela Escola Técnica Federal do Paraná, tradicional estabelecimento de ensino que tão inestimáveis serviços tem prestado ao Paraná.

Por outro lado, vale ressaltar que a medida em questão virá dar atendimento a solicitação formulada pelo Ministério da Educação e Cultura, com vistas a execução de projeto de ampliação da Escola Técnica Federal do Paraná, a fim de que, na referida Escola sejam criados novos cursos de ensino técnico profissionalizante.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o neces-

sário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado.

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Wilson Figueiredo Fortes

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado N/Capital.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à União, o imóvel sito à Avenida 7 de Setembro, nesta Capital onde se acha edificado prédio da Escola Técnica Federal do Paraná, confrontando-se com a referida Avenida por 79,18 m, com a rua Desembargador Westphalen por 75,10 m pelo lateral direito com imóvel do Estado do Paraná e da União por 3 fragmentos de linha reta seca medindo 35,00 m, 20,50 m, e 40,00 m, respectivamente e nos fundos com imóvel da União por uma linha reta seca de 142,00 m. O bem imóvel de que trata a presente Lei foi havido pelo Estado do Paraná por força da transcrição 1.139, do livro 3, do Cartório de Registro de Imóveis da 1.ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2.º — O imóvel objeto da doação de que trata o artigo anterior, deverá ser utilizado pela União, na instalação de Estabelecimentos de Ensino.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 117-72

SUMULA: Mensagem Governamental n. 31-72, objetivando doar à União o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, sito à Avenida 7 de Setembro, nesta Capital onde se acha edificado o prédio sede da Escola Técnica Federal do Paraná e com as confrontações que especifica.

PARECER

Oriundo da Mensagem Governamental n. 31-72, o presente Projeto de Lei objetiva doar à União, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, sito à Avenida 7 de Setembro, nesta Capital, onde se acha edificado o prédio sede da Escola Técnica Federal do Paraná e com as confrontações que especifica.

O Plano de Lei ora submetido ao estudo e parecer desta Comissão, virá dar atendimento a solicitação formulada pelo Ministério da Educação e Cultura, com vistas a execução de projeto de ampliação da Escola Técnica Federal do Paraná, a fim de que, na referida Escola sejam criados novos cursos de ensino técnico profissionalizante.

O bem imóvel especificado, foi havido pelo Estado do Paraná por força da transcrição 1.139 do Livro 3, do Cartório de Registro de Imóveis da 1.ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Destarte, a proposição é escorreta tanto formal como jurídica e constitucionalmente, visando regularizar, em definitivo, a propriedade do imóvel que por mais de trinta anos vem sendo ocupada pelo tradicional estabelecimento de ensino, que tão relevantes serviços tem prestado ao Paraná e ao País.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos as considerações expendidas na sua referida Mensagem Governamental.

Nestas condições, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões em 16-8-72.

aa) Armando Queiroz — Presidente
Ovidio Franzoni — Relator
Emilio Carazzai
Borsari Netto
Paulo Camargo
Cândido M. de Oliveira
Erondy Silvério.

Comissão de Finanças

PROJETO DE LEI N. 117-72

PARECER

1.) Oriundo da Mensagem Governamental n. 31-72, visa o presente Projeto de Lei doar à União, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, sito à Avenida 7 de Setembro nesta Capital, onde se acha edificado o prédio sede da Escola Técnica Federal do Paraná com as confrontações que especifica.

2.) Com parecer favorável já se pronunciou, a douta Comissão de Constituição e Justiça, sobre a referida matéria.

3.) No aspecto financeiro que cabe a esta Comissão examinar, não há o que se opor, razão pela qual somos favoravelmente a sua aprovação

É o parecer.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente
Jorge Sato — Relator
Orilon Reinhardt
David Federmann
João Fadel.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel constante do Expediente solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Antonio Carlos Goulart. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando que esta Presidência designe uma Comissão de Deputados para representar esta Assembleia no 149.º aniversário de fundação da cidade de Ponta Grossa. Designo para representarem a Casa, os srs. Deputados David Federmann e Antonio Lopes Junior.

A Mesa lembra aos srs. Deputados que deverá ser realizada dia 25 de setembro, às 14 horas, ainda a confirmar, uma Sessão Especial em homenagem à "Semana da Bíblia", e que aqui deverá comparecer S. Eminência Dom Pedro Fedalto, Arcebispo de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão marcando outra para a próxima Segunda-feira, dia 25, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 154-70, 15-71, 187-71, 270-71, 1.72, 36.72 e 116.72.

2.ª Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 208-71, 251-71, 87-72 e 117-72.

1.ª Discussão — do Projeto de Resolução n.º 1.72 e dos Projetos de Lei n.ºs 108-70, 253-71, 45-72 e 111-72.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N.º 255/72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 6.912, de 04 de setembro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

Designar, Ophir Fabelino de Souza, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Motorista no Gabinete da Presidência, a partir de 04 de novembro de 1.971.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de setembro de 1.972

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 256/72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 6.939, de 05 de setembro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Maria de Lurdes Santos, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.972, a partir de 11 de setembro de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de setembro de 1.972

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 257/72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 6.935, de 05 de setembro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Maria Neide Bozza Stival, funcionária do Quadro de Pessoal de Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.971, a partir de 11 de setembro de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de setembro de 1.972

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 258/72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 6.983, de 11 de setembro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Iglair Smaniotto, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.971, a partir de 11 de setembro de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de setembro de 1.972

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 259/72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 6.932, de 05 de setembro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Josina Pereira, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1.971, a partir de 11 de setembro de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de setembro de 1.972

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 260/72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 6.895, de 04 de setembro de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

Designar, Josina Pereira, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Divisão de Protocolo Geral.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de setembro de 1.972

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral